

OS CONGRESSOS DO RIO DE JANEIRO: FATORES HISTÓRICOS DETERMINANTES DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ESCOLAS¹

THE CONGRESSES OF RIO DE JANEIRO: DETERMINANT HISTORICAL FACTORS OF THE PROPOSED TO ESTABLISH SCHOOLS

Maria Isabel Moura Nascimento²

Resumo

O presente artigo aborda os fatores históricos determinantes de criação de escolas presente no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX. Os debates, propostos pelos congressistas presentes são as falas dos grandes agricultores de café. O Congresso representou os interesses da elite escravista brasileira em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados não como pessoas capazes de possuir condições de se aproximar dos brancos europeus ou nascidos no Brasil, por serem considerados inferiores

Palavras Chaves: História da Educação. Congresso Agrícola. Escolarização de Negros no século XIX.

Abstract

This article discusses the determinant historical factors of establishment of schools present at the Agricultural Congress in Rio de Janeiro from the mid-nineteenth century. The proposed debates to the congressmen who attended are the large coffee farmers' speech. The Congress represented the Brazilian enslaver elite's interests in which black and mestizos, slaves, freed and free were treated not as people able to have conditions to approach of Europeans white or born in Brazil, for being considered lower.

Key words: Education history. Agricultural Congress. Blacks' schooling at XIX century.

O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro representou os interesses da elite³ agrária brasileira, que naquele momento era escravista, a base econômica do país. Esse permitiu que, pela primeira vez na história do país independente, porém com uma estrutura escravista intacta, os proprietários rurais de terras reclamassem de forma direta ao governo da época, "[...] em vez de fazê-lo por intermédio da representação parlamentar ou das poucas associações de classe

existentes". (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1876, p.v). Foi um período em que os grandes proprietários de terras se sentiam ameaçados pela falta de mão-de-obra ou pela troca da mão-de-obra escrava, pois as experiências com a imigração européia⁴, especialmente, pelo sistema de parceria, ainda não se mostrava viável.

Na economia escravista, o preço pago pelo escravo⁵

[...] nada mais é que a mais-valia antecipada e capitalizada, ou seja, o lucro que se pretende extrair dele. Mas, capital desembolsado nessa compra não faz parte

¹ Artigo como parte integrante da Pesquisa de Pós Doutorado, em desenvolvimento na Universidade Estadual de Campinas. Esta é uma Pesquisa Financiada pela Fundação Araucária.

² Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil(2004). Professor Adjunto C da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

³ Sobre a ação protelatória das elites em relação às medidas pela libertação gradual dos escravos e à criação de um arcabouço jurídico que mediasse as relações de trabalho livre, conforme, respectivamente, Gebara (1986) e Lamounier (1988). A renovação dos estudos sobre a escravidão e a ação autônoma, de resistência e informal, dos escravos nesse contexto vem sendo há pelo menos uma década bem burilada por estudiosos importantes. Ver Chalhoub (1990); Lara (1988); Wissenbach (1998); Machado (1987); Mattos (1998).

⁴ Podemos contar com uma vasta bibliografia sobre o tema da imigração europeia para o Brasil no contexto da transição para o trabalho livre. Recomendamos entre outros: Alvim (1986) e Vangelista (1991).

⁵ [...] quanto à época da escravidão, não há um consenso entre autores sobre a extensão da escolaridade do negro. Encontramos informações de que os escravos eram absolutamente excluídos da escola, mesmo de instrução primária [...] os escravos e leprosos eram proibidos de freqüentarem as escolas [...]. (PINTO, 1987, p.13).

do capital com que se terá lucro, trabalho excedente do escravo. Ao contrário, é capital de que o senhor de escravo se desfez, deduzido do capital de que dispõe para a produção efetiva. Já não existe para ele, do mesmo modo que o capital desembolsado na compra da terra cessou de existir para a agricultura. E a melhor prova disso é que só pode voltar a existir para o senhor de escravo ou para o dono das terras se um vender o escravo, e o outro a terra. Mas, o comprador ficará na mesma situação em que eles estavam antes dessa venda. A compra não o capacita automaticamente a extrair lucro do escravo. Precisa de novo capital para aplicar na exploração escravista. (MARX, 1977, p. 926).

No final do século XIX, os dois Congressos Agrícolas aconteceram com debates efervescentes, chamando a atenção para a massa de trabalhadores livres que diante da crise não poderiam ser desprezados. Para os congressistas, eles vivem sem

[...] raízes no solo nem espírito de família e levam uma vida quase nômade, contraindo hábitos de ociosidade, dissipação, imoralidade e anarquia, que os levam facilmente ao crime, donde não raro saem impunes, graças à intercessão do novo senhorio [...] As coisas têm chegado a tal ponto, que para muitos homens pobres a única linha divisória entre o livre e o escravo é que este é obrigado a trabalhar e aquele não. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1978, p. 91).

Com a Lei do Ventre Livre sancionada, os senhores de escravos⁶, intensificaram as discussões com relação ao problema da libertação dos escravos esses filhos nascidos das escravas após a promulgação da Lei passavam a ser libertos ou ingênuos, essa população livre sem direcionamento engrossavam a população dos pobres do país.

⁶ Em 1850, foi legalmente determinado que os escravos não poderiam frequentar as escolas e que estas seriam permitidas somente aos homens livres. Foi a partir da década de 1860, que a escolarização do negro começou a ser apresentada no parlamento como uma dimensão fundamental, para integrá-lo à sociedade organizada com base no trabalho livre (MOYSÉS, 1994).

Com os debates em torno da Lei do Ventre Livre, a classe dominante que era composta de grandes fazendeiros de café, sobretudo, iniciou a criação de instituições a fim de receber os primeiros (ingênuos) “libertos” e, portanto, foram criados asilos e orfanatos de educação agrícola, para isso o

[...] Imperial Instituto Fluminense de Agricultura instituiu um "Asilo Agrícola", cujos alunos dedicar-se-iam não só aos "trabalhos propriamente da lavra da terra, mas também ao fabrico de chapéus denominados do Chile e à sericultura. Em Pernambuco, no ano de 1873, é criada a Colônia Orfanológica Santa Isabel, destinada às crianças libertas. Um ano mais tarde é a vez do Piauí inaugurar o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, no qual eram convenientemente educados os menores [...] nascidos depois da lei de 28 de setembro de 1871. Até a data prevista para a entrega, ao Estado, da primeira geração das crianças libertas, foram criadas outras três instituições: Colônia Orfanológica Cristina, no Ceará; Colônia Orfanológica de Nossa Senhora do Carmo de Itabira, em Minas Gerais; e o Asilo Agrícola Santa Isabel, no Rio de Janeiro. Como se não bastasse isso, os orfanatos tradicionais, apesar de estarem localizados nas cidades, começaram a valorizar o ensino da agricultura, habilitando-se a receber ingênuos. Em 1858, para acolher as crianças desvalidas, foi criada a Casa dos Educandos de Manaus, mais tarde denominado Instituto dos Educandos Artífices. Na década de 1870, registra-se um esforço de introduzir aí "o ensino de horticultura e cultura em pequena escala" - experiência também registrada em orfanatos de São Paulo e de Goiás. (RIZZINI 2000 apud DEL PRIORE, 2006, p. 181-182).

Essa elite agrária, dirigente e dominante, visto que o café continuava sendo o principal produto, era o grupo que dominava os debates em torno dos próprios privilégios em que a décadas estava constituído no país.

A elite agrária que controlavam a “mãos de ferro” uma população escrava, de forma a colocá-los submissos, sem escolhas e a vontade

[...] de seus donos de forma que estivesse o tempo todo através da xibatã o

“controle” do trabalho, porém certos trabalhos improdutivos podem estar vinculados incidentalmente (incidentalmentier) com o processo de produção: é possível inclusive que seu preço entre no processo de mercadorias, ou seja, que o dinheiro gasto neles até certo ponto (so far) forme uma parte do capital adiantado [...]. (MARX, 1968, p.74).

A sociedade escravista impunha a esses escravos condições de vidas desumanas impondo a essas pessoas viverem de forma vigiada. Os negros

[...] deslocavam-se pelas ruas, em sua faina diária, mas todas as suas atividades eram estritamente regulamentadas; não podiam andar à noite sem bilhete do senhor, não podiam vender nada sem as suas autorizações, não podiam servir-se de condições coletiva nem dispor livremente do próprio pecúlio (COSTA, 1998, p. 282).

Durante o século XIX, inúmeros foram os conflitos, pois muito embora os senhores de escravos impusessem seu interesse e submetessem essas pessoas a viverem de forma desumana, os negros conseguiram se organizar. Uma das formas de organização que aconteceu nas grandes cidades por meio das confrarias, as quais reuniam pretos livres e escravos e, quando as libertações se intensificaram e o número de negros livres aumentara, “[...] assumiram uma importância não só religiosa, como social, organizando caixas de auxílio mútuo e participando do movimento abolicionista” (COSTA, 282, 1998).

A religião católica que predominava no país, neste período, servia como antídoto, utilizado pelos senhores para conter a forma de vida em que viviam, ou melhor, a conformação e a obediência para o trabalho. Essa mediação por meio da religião européia mantinha o senhor, resguardado como uma pessoa “suprema” a ser respeitada, desta forma a “nova” religião era o

[...] freio do homem impetuoso, o consolo do aflito, o alento do fraco, a esperança do desgraçado” apaziguadora do escravo; o confessor; “[...] o conselheiro ideal do escravo” a recomendar-lhes resignação, conformismo, obediência ao senhor,

pintado como um pai, a ser remido e respeitado (COSTA, 299, 1998).

Uma das maneiras em que o Estado procurou tratar essas pessoas era mediante trato no pelourinho, nos castigos intermináveis, como forma de manutenção da ordem escravagista. Muito embora, o momento era de grandes transformações para mudança de mão-de-obra e, consequentemente, o modo de produção que era muito frequente ser feita pelo uso de terras, caminhando a uma das atividades remuneradas em dinheiro; para o futuro sistema assalariado.

Essa forma de transição do modo de produção do escravismo e o capitalismo⁷ industrial europeu, alimentava-se por ideias como razão, ciência, progresso e liberalismo. O capitalismo se difundia sob a liderança inglesa e uma maioria de países transformava-se em economia industrial (HOBSBAWNN, 1979, 22 e 49-52).

No final de 1870, na Europa, ou a religião que predominasse na sua população analfabeta seria considerada como não desenvolvida ou atrasada, ou vice-versa. “Itália, Portugal, Espanha, Rússia e os países balcânicos estavam, na melhor das hipóteses, nas margens do desenvolvimento”. (HOBSBAWNN, 1979, p. 44).

Os países considerados do Terceiro Mundo e, nesse contexto, estavam o Brasil apresentavam um atraso alarmante, tanto na cidade quanto no campo. O século XIX foi marcadamente tingido pelas grandes transformações em função dos

[...] objetivos das religiões dinâmicas do litoral do Atlântico Norte, que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial. Com algumas exceções marginais e cada vez menos importantes, todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam, ao mesmo perifericamente, preso pelos tentáculos dessa transformação mundial. (HOBSBAWNN, 1979, 46).

Como forma de preparar mão-de-obra escrava para assalariada, a partir de 1870, alguns escravocratas investiram em escolas como forma

⁷ No Brasil não podemos considerar o feudalismo, como fazem alguns autores brasileiros e portugueses, como: Nestor Duarte em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939); João Ribeiro em *História do Brasil*. Rio de Janeiro, (1953) e H. Handelman em *História do Brasil* (1931).

de garantir as necessidades de suas fazendas, a exemplo:

[...] Escola de Minas de Ouro Preto (1875), as Comissões Geográficas e Geológicas do Brasil e de São Paulo (1875 e 1886), a Estação Agrônômica de Campinas (1887), e uma concomitante diversificação institucional refletida numa maior especialização e profissionalização dos técnicos e cientistas. (SCHCHWARCZ, 1996, p.10).

2.1- Congresso Agrícola do Rio de Janeiro

O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro foi realizado em junho de 1878, organizado pelo então ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que logo que assumiu o cargo enviou para o Parlamento um projeto de eleições diretas e ao mesmo tempo resolveu realizar esse evento para consultar diretamente os proprietários das grandes lavouras da região sul do país, correspondente aos das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

A opção de Sinimbu por essa região, excluindo a região norte e nordeste do país, era devido a ele ser contrário a substituição de mão-de-obra livre de asiáticos como solução de transição para o trabalho livre vindo da Europa, especialmente, nestas províncias que vinham sofrendo mais forte a necessidade dessa transformação, devido o maior peso do café na economia do país, bem como do desenvolvimento do Partido Republicano no Sul. Sinimbu era o chefe do “[...] Partido Liberal, presidente do Clube da Reforma. Sobre ele recaía a responsabilidade de implementar as reformas preconizadas pelo Partido Liberal e esvaziar a propaganda da república (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1876, VI).

Sinimbu realizou este Congresso, sabendo do apoio que receberia da maioria destas delegações que acreditavam que os “[...] asiáticos eram raça imoral, corrompida pelo ópio e inassimilável” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1876, p.VII).

Estiveram presentes nesse Congresso Agrícola do Rio de Janeiro 400 delegados, sendo que 56 proprietários de terras não compareceram, porém enviaram suas justificativas de ausências. A maioria dos participantes foram eleitos em reuniões realizados pelos fazendeiros nas diversas

cidades envolvidas, para que esses pudessem fazer parte desse encontro.

De acordo com as assinaturas dos encontros preliminares para realização dos eventos, pelo menos seiscentas assinaturas formam colhidas das pessoas envolvidas, algumas pessoas foram indicadas “[...] pelas câmaras municipais ou por associações de classe. [...] mais de mil fazendeiros se envolveram de uma maneira ou de outra no Congresso.” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1876, p.VII).

Podemos considerar que o número de interessados no evento era grande dada as dificuldades de comunicação e outros problemas relativos ao distanciamento das cidades.

De acordo com documentos do Congresso do Rio de Janeiro, na contagem por Província, estiveram presentes aproximadamente:

Participantes do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, por Província

Província ⁸	Assinaram o livro de presença	Inscreveram-se sem assinalar o livro	Total	%
Rio de Janeiro	141	59	200	50,0
São Paulo	66	34	100	25,0
Minas Gerais	57	18	75	17,0
Município Neutro	07	04	11	3,0
Espírito Santo	05	02	07	1,5
Sem Informação	02	04	06	1,5
Total	278	121	399	100,0

Fonte: Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, junho de 1878, p.VI.

Ao expor e pensar essa participação projetada em um mapa em 1878 para que possamos ter ideia dos municípios presentes, poderemos observar a mobilização dos cafeicultores que compareceram do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais e com alguns representantes do Município Neutro (a Corte) e do Espírito Santo. Três áreas principais estão representadas: o Vale do Paraíba, tanto ao lado fluminense como do lado paulista; Zona da Mata de Minas; e o Oeste Paulista, incluindo o Velho Oeste (região de Capinas), e o Novo Oeste (São Carlos, Araraquara).

⁸ A contagem é aproximadamente. Em alguns casos as mesmas pessoas representavam mais de uma província

Com pouco peso, no conjunto compareceram do Norte de Fluminense (Campos), pois era a intenção de Sinimbu que os grandes fazendeiros de café que estavam “[...] composto da classe preponderante do paiz pela posição social e econômica [...] lançar a luz sobre os mais graves problemas que interessam á grande lavoura” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.17).

Os congressistas que participaram levaram um questionário com as respostas debatidas ou talvez fechadas pelos grupos que representavam, porém esse questionário foi proposto pelo presidente do Congresso, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras⁹ no dia 12 de junho de 1878, a fim de que os posicionamentos de cada delegação pudessem ser organizados durante o evento e pudessem ser votados e adotados como resolução para serem apresentados ao governo Imperial.

As necessidades mais urgentes indicadas pelo governo Imperial aos escravocratas apresentadas em formato de questionário eram as seguintes:

I - Quaes as necessidades mais urgentes e immediatas da grande lavoura?

II - E’ muito sensível a falta de braços para manter, ou melhor ou desenvolver os actuaes estabelecimentos da grande lavoura?

III - Qual o modo mais efficaz e conveniente de suprir essa falta?

IV - Poder-se-há esperar que os ingênuos, filhos de escravas, constituíam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrario, quaes os meios para reorganizar o trabalho agrícola?

V - A grande lavoura sente de capitães? No caso affirmativo, é devido este facto á falta absoluta delles no paiz, ou á depressão do crédito agrícola?

VI - Qual o meio de levantar o credito agrícola? Convem crear estabelecimentos especiaes? Como fundal-os?

⁹ O Congresso Agrícola era composto de lavradores nacionaes ou estrangeiros que, por convite ou expontaneamente, a elle quizerem concorrer, com tanto que oito dias antes do prazo ou expontaneamente, a elle quizerem concorrer, com tanto que oito dias do prazo marcado declarem, em carta fechada dirigida á Secretaria da Agricultura, a intenção de comparecer. Os lavradores, em seus respectivos municípios, poderão designar, d’entre si, um ou mais delegados, para represental-os bo Congresso Agrícola (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878,p. 2).

VII - Na lavoura têm-se introduzido melhoramentos? Quaes? Há urgência de outros? Como realizal-os?
(CONGRESSO AGRÍCOLA, 1978, p.2).

Durante o Congresso, o único ponto que era de consenso entre os Congressistas foi a ideia da tecnologia e da educação agrícola, porém naquele momento não era prioritário. Somente alguns, pouco mais instruídos é que defendiam essa ideia “[...] como o próprio Sinimbu, tinham convicção profunda da importância tecnológica, inclusive como fator de substituição de mão-de-obra” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.17).

2.2-Congresso Agrícola Do Rio De Janeiro e as Propostas De Criação De Escolas Agrícolas

Durante o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, existia o consenso por parte dos Congressistas da necessidade da educação do povo, porém seria uma educação monitorada pelos escravocratas, pois a maior preocupação era a agricultura e como formar pessoas que poderiam substituir os escravos e não ser chamados de escravos. Para isso era preciso pensar sobre a forma que essas escolas poderiam favorecer aos interesses desses escravocratas, para tanto era necessário preparar bem esses escolhidos para que depois não se voltassem contra o seu “senhor”.

No Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, era evidente por parte dos congressistas que a imigração européia poderia substituir a mão-de-obra escrava com pouco investimento, por se tratar de pessoas consideradas civilizadas. Outros Congressistas diziam que a vinda dos imigrantes era preocupante, pois esses não se interessariam pelo trabalho na lavoura, como assalariado, haja vista que todos os imigrantes traziam a esperança de tornarem-se proprietários e isso preocupava os escravocratas. Por isso, era importante a criação de colônias agrícolas, em virtude de poderem educar ingênuos, filhos de escravas e órfãos para o trabalho, os quais eram uma população que já existia no país e, segundo os Congressistas, seria mais fácil o controle sobre essas pessoas. Os Congressistas solicitavam ao governo imperial brasileiro incentivar a criação de escolas.

Ao responder o questionário do governo imperial, o senhor Alfredo Silveira da Mota sugeria a criação de um banco especial para financiar a lavoura, o incentiva à imigração,

apontando a necessidade da construção de estradas de ferro e rodagem e outras intervenções:

1. As necessidades mais urgentes da lavoura são capitais e braços. 2- O modo efficaz de supprir essas duas faltas é a criação de bancos de crédito nas capitais das províncias com caixas filiais nas comarcas ruraes, para empréstimos à lavoura a juro baixo, amortização relativa e longo prazo. 3- A immigração pela immigração. 4- Há depressão do crédito agrícola. 5- Convém decretar-se a grande naturalização sem restricções dos seus effeitos civis e políticos: a liberdade de cultos e o casamento civil facultativo. 6- A secularização dos cemiterios sob a administração das municipalidades, e o registro civil dos nascimentos e obitos devem ser executados. 7- Reforma das leis de locação de serviços, adoptando-se de preferencia o systema do salário. 8- Os ingenuos não podem constituir elemento de trabalho permanente. 9- Comunicação facil por meio de estradas de ferro e rodagem. 10- Redução de direitos de exportação para a principal indústria nacional, e diminuição das tarifas nas estradas de ferro. 11- intrusão principalmente agrícola, creando-se estabelecimentos nas comarcas ruraes. Extinção do trafego de escravos de uma para outra província. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.10).

Outro congressista, Candido Barreto de Souza Faria defendeu a lavoura, pois sendo dela que se tirava os meios de subsistência e o engrandecimento da nação. O que mais afligia a lavoura era a falta de braços, a falta de capital e a falta de lei que regularizasse o trabalho a fim de aproveitar o trabalhador nacional.

Este agricultor defendia que os ingênuos, filhos de escravos, só “ [...] virão a constituir um elemento de trabalho livre e permanente, si a lei que regular o trabalho providenciar no sentido de serem esses ingênuos educados em regime diverso do que hoje entre nós voga.” (CONGRESSO, 1878, p. 33).

Carlos Marcondes de Toledo Lessa, representante de Barra Mansa, chamava a atenção para o ensino profissionalizante gratuito e mantido pelo Estado, sugerindo que os que neles estudassem já estavam fadados a um destino intelectual reduzido, não como profusão por todas

as classes, não com vistas de produzir sábios enfiados, mas sim homens de vida real e prática. (CONGRESSO, 1978). Ele citou como exemplo a América do Norte, na qual o ensino profissional era

[...] subministrado gratuitamente em todos os Estados, contudo se tem entendido que por si só elle não é sufficiente, porque na grande classe dos agricultores existentes há muitos que não tiveram a fortuna de frequentar esses institutos de data mais recente, que o exercício de sua profissão toma-lhes inteiramente o tempo. (CONGRESSO, 1978, p. 35).

A Filadélfia, para este congressista, é um bom exemplo para ser seguido, pois os quatro estabelecimentos de ensino existentes, eram custeados pelo estado apenas com o auxílio de

[...] dous contos annualmente para cada um, porque o estabelecimento também produz; sua renda é exclusivamente empregada em experiencias em beneficio da lavoura do logar e mesmo do paiz inteiro, em mostrar o meio pratico de fazer funcionar as machinas com que multiplica o trabalho do homem, apesar dos parafusos. (CONGRESSO, 1978, p. 35).

Cesario N. de A. M. Magalhães Junior, este lavrador representava Porto Feliz e Capivary-SP, relatou que as necessidades da lavoura em sua localidade eram as mesmas que em todas as outras: capital, braços e instrução.

Magalhães Junior trouxe como re-envidicação a formação de núcleos de especialistas que analisassem a terra e as sementes,

[...] a ordem em que as plantas se devem succeder; os meios de conversar e melhorar os animais indispensáveis a lavoura(zootecnia); que ensinem e em outros paizes, fontes de grandes rendas; que experimentem e modifiquem as machinas agrícolas, cujo fabrico temos a enexaurivel, mas tão pouco aproveitada, fabrica de ferro [...]. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1876, p.10).

Magalhães Junior e sua delegação trouxeram como uma de suas preocupações a educação dos ingênuos e dos órfãos. Reconheceram que estes receberam, até então, um trato minimizado por parte do Estado foram abandonados pelos seus proprietários, só restava educá-los em escolas agrícolas.

Foi solicitação de Magalhães Junior a criação de escolas para formar professores em uma fazenda modelo, para que os alunos aprendessem no exercício prático e nos quais os lavradores possam ir ver os progressos realizados. Solicitou a criação de escolas municipais, nos quais esses professores ensinem a teoria; e fazendas-escolas em que os alunos possam praticar o que aprenderam (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1978, p.38).

Atribuía às províncias a responsabilidade de custear essas escolas por meio de alguns impostos na criação de institutos normais, bem como os municípios a responsabilidade de prover gratuitamente toda instrução elementar e também as escolas agrícolas primárias.

O Irenêo Francisco de Souza e Silva, representante de Porto Alegre da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, expôs que seria essencial resolver instrução agrícola, nas escolas primárias, por meio de cursos apropriados, para os ingênuos, filhos de escravas, pois este serão, sem dúvida para o futuro uma forte alavanca à agricultura, porém estes deverão ser obrigados a frequentar as escolas agrícolas.

O representante de Niterói-Rio de Janeiro afirmava que não se podia esperar que os ingênuos, filhos de escravas, continuassem um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade, para o que

[...] concorrem muitas circumstancias; e, além disso, o numero desses ingênuos torna-se limitadíssimo, em 1º lugar pela morte de muitos delles; em 2º pelas alforrias das mais, das quaes não se podem separar; em 3º pelo grande lapso de tempo a esperar pelos seus serviços; em 4º pela educação licenciosa e animada por essa liberdade que os autoriza a não sujeição ao trabalho; e finalmente por muitas outras causas que para isso concorrem e seria longo relatar. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.42).

Para os Lavradores de Lage do Mauriahé, a necessidade mais urgente era a criação de prédios apropriados para a organização de uma escola de prática de agricultura para atender os ingênuos até atingir a maioridade de vinte e um anos, após este período lhes seriam dado o direito de matricular-se no grupo de lavradores.

As escolas práticas receberiam os rapazes de dez anos de idade para também praticarem até que alcancem a idade de vinte um anos e poder fazer parte do corpo de lavradores, tudo isso sem nenhum ônus para o estabelecimento.

Laurindo José de Almeida defendia o modelo das escolas Norte Americanas de Massachusetts nos Estados Unidos, o acreditava que este tipo de estudo profissional em institutos agrícolas seria muito bem aceito pelos lavradores, dado que alguns filhos de fazendeiros de Juiz de Fora já haviam retornado dos estudos que foram procurar neste país.

O representante da fazenda Serra Bonita, Manoel Furtado da Silva Leite se declarou contrário à Lei do Ventre Livre, para ele, foi um golpe em que o país não estava preparado, por isso acreditava que era um golpe tão terrível,

[...] armando o braço escravo contra o seu senhor... esta lei abysmou a nação; creou milhares de victimas, e numerosas dificuldades impoz aos agricultores, já relativas a matriculas, baixas, averbações e muitas, já e sobretudo aquellas que se referem aos ingênuos; baixas dos que morrem, despesas que se fazem com viagens para tal fim. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.47).

O lavrador de Baependy, por meio de seu secretário Alberto Pereira Gomes Nogueira, apoiou de forma direta a Grande lavoura como os demais, porém a educação pública¹⁰ ficou com um grande destaque, mediante uma

¹⁰ “O Primeiro Congresso de Instrução Pública do Brasil deverá ser realizado em junho de 1984, no Rio de Janeiro, seguindo o modelo dos congressos pedagógicos que estavam ocorrendo em diferentes países. Suas atividades iniciaram-se em janeiro de 1883 e foram finalizados em maio do mesmo ano, por falta de liberação dos recursos financeiros. Os pareceres enviados pelos conselheiros, que abrangiam questões desde o jardim de infância até a universidade, não chegaram a ser impressos na sua totalidade, mas estão compilados, juntamente com as atas do referido Congresso, os quais podem ser encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”. (SCHELBAUER, 1998, p. 89).

[...] solida educação moral, religiosa, civica, intellectual e profissional, por meio da qual não só a lavoura com seus recursos actuaes de braços e capitaes, conseguirá a dupla vantagem de augmentar melhorando seus productos, como ainda adquirirá milhões de operarios ociosos no paiz, uns, os camponezes, em quasi barbaria, outros, os índios, em completa barbaria, e que neste triste estado pouco ou nada trabalham, porque habituaram-se ao pouco e mesmo à miseria, e porque imersos na ignorancia, não consideram o trabalho sob seu verdadeiro aspecto – como uma lei da natureza humana e uma necessidade sócial. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 54).

Este grupo de fazendeiros, representado pelo seu secretário, defendia veementemente a educação primária e secundária pública sobre a responsabilidade do Estado por meio da intervenção da trindade política: Município, Província e Estado, não só para custear esse ensino como para vigiar o funcionamento, isso porque o país *“[...] vasto como o Brasil, é um obstáculo sério á toda idea de progresso na ordem moral, como material, e se acha em flagrante contradição com o proloquio inglês – time is money – tempo é dinheiro”* (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 55).

Ao Estado cabe a abertura de escolas primárias em todas as freguesias, capelas, pequenos lugarejos povoados, onde não houvesse escola, sobretudo, as práticas especiais para preparar agricultores. A educação pública deveria ser oferecida a todos os menores, aproximadamente em torno de 1.583.705 crianças de idade escolar, que estavam sem escolas, fato que chamou atenção para educação de adultos analfabetos que certamente era um número bem maior. Defendeu que era necessário organizar o ensino primário em todo país, para isso era *“[...] preciso organizar um numeroso e habilitado professorado, e portanto crear escolas normaes em quantidade sufficiente, bem como melhorar a condição dos professores públicos”* (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 57).

Para este seguimento da sociedade a necessidade da criação da escola normal estava atrelada ao processo de reformulação das já existentes ou da criação de outras que

contemplasse o novo conteúdo exigido pela realidade vivida pela sociedade brasileira. Quando este agricultor sugeria a criação de escolas normais, esse estava se referindo às escolas preparadoras de professores para atuar nas escolas agrícolas.

As escolas normais eram vistas como estabelecimentos de escolas normais que produziam poucos frutos para o ensino primário no país:

[...] isto se deve, sobretudo a tentativas mal dirigidas, a uma certa inexperiência prática que a um defeito inerente à instituição. Não se deve duvidar que uma escola normal bem organizada, provida de todos os elementos necessários, dirigida por um homem capaz, confiada a professores instruídos e inteligentes, submetida a sábios regulamentos não possa preparar os jovens de uma maneira conveniente para torná-los instrutores capazes. As escolas que tinham necessidade de professores adjuntos poderiam imediatamente recrutá-los na Escola Normal; seria um estágio útil para aqueles que seriam escolhidos. Este estabelecimento poderia, em poucos anos, tornar-se um viveiro de institutores, não só para a capital, mas também para todas as províncias do império, que teriam o direito de enviar para lá seus alunos, mediante dotação proporcional, prevista no orçamento particular de instrução pública. Há aí uma idéia prática cuja realização completa seria um benefício para o país.” (ALMEIDA, 1989, p. 136).

A Companhia União dos Lavradores defende a idéia da necessidade de ensinamentos dos deveres morais do homem para com Deus, à família, à sociedade e o país. Só poderiam ser professores ou adjuntos das escolas primárias os brasileiros e brasileiras de bons costumes e, especialmente, habilitados nas escolas normais, todos os bacharéis e doutores formados em qualquer estabelecimento público de ensino superior, e os clérigos de ordens sacras. A fiscalização das escolas e do imposto escolar deveria ficar a cargo de cada província, por meio de uma diretoria formada de pessoas que seriam responsáveis pela escola agrícola, teórica e prática sem a qual, por mais que espalhem a instrumento de produção não perderam ser bem aproveitado

em um país de analfabetos. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878).

Era a tônica dos agricultores e grandes fazendeiros que, para a garantia da riqueza e da produtividade da lavoura, era preciso melhorar a relação com os conhecimentos científicos oferecidos nas escolas existentes. Até o ministro da agricultura em seu discurso no Congresso Agrícola afirmou que

Na situação actual de nossa grande lavoura, quando uma profunda evolução social se opéra; quando completamente se transformam as condições do trabalho rural; quando paizes analogos ao nosso, com produções similares, procuram progredir por todos os meios, mediante machinas e processos mais aperfeiçoados, que as sciencias a chimica, a phisica e a mecanica em suas variadas applicações, tem posto ao serviço da industria agricola, conservamo-nos estacionarios no meio desse grande movimento, sem ao menos empenharmos os esforços a nosso alcance para evitar que enfraqueçam ou se estanque as fontes de produção nacional, seria, senhores, permiti-me dizel-o, não sómente um erro, mas um grave crime, perante o tribunal da geração vindoura. A marcha da sociedade está, porém, sujeita a leis naturaes, que não podem ser alteradas sómente pela vontade dos homens; e, por em quanto, nas condições atuais do paiz, é força reconhecer, a grande propriedade tem sido, e continuará ainda por muitos annos a ser, a poderosa alavanca do nosso progresso em suas variadas manifestações - progresso moral, social, economico e politic. (CONGRESSO AGRICOLA, 1878, p. 125-126).

A criação de escolas agrícolas foi defendida também pelos lavradores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo como forma de desenvolver as futuras gerações que deveriam atender a lavoura.

J. C. de M. Monteiro de Barros defendia a instrução primária obrigatória em um documento com 24 artigos, todos bem distribuídos como forma de visualizar a escola pública que os fazendeiros estavam pensando para as crianças órfãos, filhos de escravos: uma escola pública em cada paróquia do Império, ao menos uma escola pública de instrução primária para meninos, se

sobrasse dinheiro dos impostos seriam criados escolas para meninas.

A casa escola deveria ser construída dentro da paróquia e a planta desta escola, o governo deveria adaptar de forma bem econômica. O curso deveria ter duração de seis anos em que se ensinaria a ler, escrever corretamente a língua portuguesa, aritmética teórica e prática, noções geral de geometria, de geografia, de história e geografia do Brasil, ciências naturais e particularmente zoologia, botânica e pública, dirigida por um diretor geral e dos empregados.

João Baptista Braziel (de Rezende, do Rio de Janeiro) defendia o apoio à escola onde se ensinasse o trabalho agrícola por um sistema, quase que completamente desconhecido. Ele acreditava que se deveria considerar que estamos em circunstâncias especiais em uma época transitória entre o sistema “[...] de lavoura própria para mattas virgens, propria para o estado selvagem, e o systema scientifico, pelo menos a necessidade do emprego de instrumentos que não sabemos manejar”. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 140).

Acentua-se o mesmo congressista que em um país completamente agrícola como o Brasil, era estranho não possuir custeado pelo Governo uma escola onde se ensinasse agricultura. Os agricultores reconheciam a necessidade de escolas públicas para a formação de agricultores, porém, como era para pobre não havia necessidade de uma escola que os preparassem de forma qualitativa. Para esses bastava pensar em uma escola apenas para executar as técnicas e o manejo da agricultura

Durante o congresso, o mesmo que reconhecia a falta de investimento do governo brasileiro para essa área, amansava a sua fala diante dos seus, justificando que o

Sr. Ferreira Lage, tentou uma escola no Juiz de Fóra; mas sim para os ricos. E quem ignora que os ricos entre nós não vão aprender a manejar o arado nem apparato, cheia de lentes, mas uma escola apropriada à zona em for estabelecida (Apoiados, muito bem, muito bem). (CONGRESSO AGRICOLA, 1878, p.141).

O representante do município de Mar de Espanha e Julio Cesar de Maraes Carneiro indicaram a necessidade de se investir no ensino

agrícola, devido ao aumento da produção crescente no país. Defende-se que deveria “[...] te-os iguaes aos da Prussia, que é um dos paizes mais adiantados da Europa debaixo deste ponto de vista”. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.147).

A sociedade burguesa da época, formada pelos fazendeiros de café, nessa região, tinham clareza de seu papel e quando sugeriam a educação que lhes convinha, o fazia consciente de que o dinheiro necessário para implantação dessas necessidades seria fornecido por eles e para eles. Para atender aos seus próprios interesses esse financiamento partiria da lavoura de café em que o governo era refém de seus interesses, por isso se colocaram, nesse momento, a favor da implantação de escola agrícola para meninos pobres.

A classe em si, apenas com existência econômica, se definia pelo papel que desempenharia no processo da produção: a classe para si, com existência econômica e psicológica, se definia como uma classe que já adquiriu consciência do papel histórico que desempenhava, isto é, como classe sabe a que aspira. (PONCE, 1996, p. 35).

Outros objetivos foram explicitados por todos os congressistas, todavia ressaltavam que as mais benéficas intenções do governo não poderiam ser eficazmente realizadas sem o concurso das classes a que esse intuito mais interessa, por isso foi provido essa reunião para se estabelecer um nexos entre a grande lavoura, que se sente ameaçada, e o Governo que teria interesse em colaborar.

Não avesso à escolas agrícolas, ao ensino profissional, ida lembrada pela comissão de S. Paulo; mas não tem isto oportunidade, porque, precisando a lavoura de capitães, seria mais um sorvedouro desses poucos capitães que ella e o thesouro têm, porque, em ultima analyse não vai buscar dinheiro em outra parte sinão mesmo na lavoura. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 150).

Diante da necessidade de formar pessoas qualificadas para trabalhar na lavoura, fez-se a defesa da criação de fazenda escola, em o governo custeasse o professor, porém nessas fazendas escolas

[...] serão recebidos orphãos desvalidos, menores que dos pais não recebam educação e emprego útil, e os ingênuos cedidos gratuitamente pelos senhores de suas mães ou pelo Estado. Não nos devemos levar sómente pelo sentimento; o verdadeiro patriotismo deve consistir naquillo que é real e racional: ao pai que for negligente tire-se o filho para ser educado e tornar-se bom e útil cidadão. Lavour. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.153).

Seria a criação de instrução agrícola por meio da formação de colônias agrícola em diferentes partes do país, porém seguindo os exemplos dos países considerados desenvolvidos.

Essas colônias, com uma boa administração e um centro industrial bem organizado, não serviria apenas de escolas práticas para instruir a infância, mas seriam aproveitadas para núcleos dos colonos europeus que para mais tarde seriam aqueles que iriam fazer a propaganda da colonização para o nosso país. Desta forma, o fazendeiro poderia servir deste modelo para que ele próprio conhecesse praticamente o modo de torna-se, ele próprio, o industrial do estabelecimento dos colonos,

[...] ou dos foreiros, ou dos lavradores livres, que de futuro devem necessariamente povoar os terrenos das grandes fazendas de cultura, ficando deste modo estabelecido o grande principio da subdivisão do trabalho e da grande propriedade. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.153).

É evidente que os fazendeiros tem clareza da necessidade de unir a ciência e a agricultura no país, com demonstra a preocupação em formar agricultores que tenham conhecimento, porém sob a tutela da classe dominante. Daí resulta a intenção de organizar essa educação, a partir da própria organização do Congresso Agrícola da região sudeste do país.

Os fazendeiros expressavam suas ideias que estavam em desencontro ao discurso ideológico no país, na época, pois a [...] vida pública da elite brasileira durante o século XIX acreditava que era de bom tom ostentar ideias liberais, estas

serviriam para dar lustre às pessoas e às palavras¹¹.(SCHWARZ, 1981).

Desta forma, os grandes fazendeiros não conseguiam esconder suas formas de pensar, revelando no Congresso Agrícola suas “verdadeiras” concepções acerca da realidade brasileira por meio da instrução primária que gostaria que fosse oferecida aos trabalhadores, servindo de excelente contraponto às ideias liberais e fornecendo dados que revelam o pensamento reformista do final do século XIX. (AITA, 2006).

Os debates realizados no Congresso Agrícola da Região Sudeste são marcados pela presença bem definida de dois interesses distintos para a agricultura. Minas Gerais, província em que a mão-de-obra estava em crise de capitais, devido à troca de mão de obra escrava, com a inevitabilidade da abolição prestes a acontecer. Era preciso garantir do governo imperial sobre os trabalhadores rurais um papel de destaque no posto de comando político social e econômico.

E o segundo interesse deste Congresso estava na lavoura de café de São Paulo, uma lavoura em pleno desenvolvimento econômico e, porém não havia segurança por parte dos fazendeiros com relação à crise financeira do Estado.

Grande parte dos participantes mineiros, assim como dos demais presentes no Congresso, não concordava com a existência de trabalhadores livres em número suficiente ou na utilização futura de ingênuos e libertos como solução. Muitos acreditavam em acréscimo da mão-de-obra como maior necessidade da lavoura, outros, ao contrário, centravam-se em modos de coagir o trabalhador livre ao serviço agrícola como solução eficiente.

Os ingênuos deveriam ser tratados conforme o Congresso Agrícola como um elemento de trabalho, atrelado diretamente ao ensino que iriam receber. Se forem convenientemente educados, acreditavam os congressistas tornar-se-iam a si e a sociedade produtiva.

Os congressistas pensavam como ingênuos os filhos de escravos e também aos filhos de escravas livres em que a

educação é aquela que salvo o indispensável estudo das primeiras letras, tem fim iniciar e acostumar os alunos ao trabalho produtivo. Neste sentido não posso senão applaudir a idéia da escola agrícola do Jardim Botânico, debaixo das visitas do Sr. Visconde do Bom-Retiro, assim como da colônia orphanologica creada na Villa da Estrela pelo Sr. Dr. Gonçalo do Faro, e outras mais que, apesar de não se occuparem do ensino agrícola, nem por isso deixam de ser uteis no sentido de promover a educação industrial das crianças desvalidas (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.249).

Com a educação dos ingênuos e demais homens livres que deveriam receber, em todas as comarcas em que se subdividia às províncias, estabelecimentos destinados à educação industrial da infância, “[...] *teríamos, dentro de poucos anos, realizado uma benéfica transformação das classes indolentes em operários úteis*”. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.250).

Os fazendeiros tinham clareza de que, para resolver o problema da sua indústria em ascensão era preciso substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, por isso a defesa de ensinar os ingênuos e escravos livres e as operações da lavoura, escolha das terras apropriadas a certas e determinadas “[...] *culturas; a sementeira, transplantação, pódas, enxertias, colheitas, melhoramento do solo por meio de adubos, estrumes, irrigação, drenagem, etc.* (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 251).

Para os pobres, ingênuos e escravos livres, a proposta firmada pelos congressistas era a instituição do ensino primário obrigatório, pelo qual lecionar-se-iam, basicamente, os elementos de educação agrícola e, de preferência, em escolas fazendas onde as crianças deveriam praticar o ofício, porém estas vantagens com o trabalho associado era concebido como a forma pela qual seria o “[...] *único meio de evitar o salário, à guisa do que praticam os pequenos lavradores em algumas províncias do Brasil*”. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 251).

A educação dos ingênuos, para que pudessem ser homens moralizados, dignos cidadãos de um país civilizado, deveriam receber educação longe dos cativos. “*Se os filhos das escravas forem criados à laia de cativos, podemos afirmar que, quando chegarem à época de sua definitiva*

¹¹ Sabe-se que a discussão não se resume a este aspecto, muitos autores demonstram como as ideias liberais eram mesmo uma imposição de seu tempo e, por outro lado, um instrumento de argumentação contra as tentativas de intervenção de países europeus nos assuntos nacionais (AITA, 2006).

libertação, estarão tão embrutecidos como os seus progenitores". (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 251).

A escola pública e obrigatória, ou a escola como sendo de direito de todos, vem em pacote como forma de erradicação da ignorância do povo, a "[...] preparação do trabalhador para a venda livre de sua força de trabalho e os ingênuos, deveriam ser treinados para [...] disciplinar a mão de obra com vistas às novas relações de trabalho" (SCHELBAUER, 1998 p.52). Para tanto, seria necessário pensar a criação de escolas com estrutura, e esta questão não aparecia:

Para isso não se defendia um escola com estrutura necessária diziam os congressistas nada [...] de directores, vice – diretores, ajudantes, secretários, almoxarifes e outros tantos empregos, sem os quaes temos a balda de pensar que não há instituição possível. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 252).

Apenas mestres e nada mais, para esses apenas uma escola elementar possível e ficaria a cargo de cada fazendeiro encarregar-se da educação para o trabalho dos seus ingênuos.

Procurem tirar todo o proveito compatível com as forças físicas dos ingenuos, empregando-os nos trabalhos da horticultura, das pequenas criações, das colheitas, das lidas domesticas, o que terpa a tríplice vantagem de os entreter, de instruir e de contribuir para a sua alimentação (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 252).

A preocupação dos fazendeiros durante o Congresso Agrícola se dá devido às mudanças tecnológicas que estão se processando os países desenvolvidos, em espécie na Europa, pós-Revolução Industrial.

Durante o Congresso, os fazendeiros passaram à administração pública a intervenção para acelerar a criação de colégios agrícolas, em que se

[...] concentre o ensino primário de um ou mais municípios, o que, diminuindo consideravelmente o numero das escolas actuaes, permitirá que a despesa, que com ellas se faz, reverta em favor desses estabelecimentos. E cumpre fazer

observar que há na Europa escolas agrícolas, que se mantêm com o producto do trabalho dos meninos. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 252).

Em várias partes do documento do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro aparece como necessidade dos fazendeiros a utilização das máquinas na lavoura e junto o estudo dos tipos de solo, visando a maior produtividade. Defendiam os fazendeiros que esses conhecimentos deveriam ser "ensinados" aos trabalhadores, por eles preparados e selecionados, como forma de sanar a mudança de mão-de-obra e de livrar esse povo da indolência, era o que incomodava os Congressistas do Rio de Janeiro.

Nos discursos, os congressistas deixavam transparecer a resistência dos fazendeiros para com o povo, quando não aceitavam o capital, chamando-os de indolentes:

[...] e não se presta geralmente ao serviço da agricultura. Os operários nacionaes entendem que esse serviço se degradam e não o querem prestar, preferindo comer la no seu canto um pedaço de rapadura e beber uma chicara de café, a adquirir por meio do trabalho agrícola nas fazendas os meios de alimentarem-se melhor em suas choupanas. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 155).

O homem livre não é para ter como mirante, apenas o que é necessário para sua subsistência e não uma produção capitalista, com as necessidades de duração da jornada de trabalho, defendida pelos fazendeiros no Congresso do Rio de Janeiro.

Este supõe o domínio do homem sobre a Natureza. Uma Natureza demasiado pródiga "segura o homem pela mão como uma criança em andadeiras". Ela não faz de seu próprio desenvolvimento uma necessidade natural. Não é o clima tropical com sua exuberante vegetação, mas a zona temperada, a pátria do capital. Não é a fertilidade absoluta do solo, mas sim sua diferenciação, a multiplicidade de seus produtos naturais, que constitui a base natural da divisão social do trabalho e estimula o homem, pela mudança das condições naturais, dentro das quais ele reside, à multiplicação de suas próprias

necessidades, capacidades, meios de trabalho e modos de trabalho. A necessidade de controlar socialmente uma força natural, de administrá-la, começando por apropriá-la ou dominá-la mediante obras feitas pela mão do homem, desempenha papel decisivo na história da indústria. (MARX, 1977, p. 142).

Esses grandes fazendeiros do café engendraram ou defendiam ou arrumaram o cenário nacional, “[...] para os pré-requisitos fundamentais para o surgimento do capital industrial e da grande indústria, caracterizando a industrialização capitalista brasileira”. (NASCIMENTO, 2009, p. 67).

Considerações Finais

Todo o processo de produção em que o país se apoiou, baseado no trabalho escravo, o qual durou quase quatro séculos, parece esgotar-se. Verificamos pelo lado da ideia da exploração de mão-de-obra escrava, porém de forma ladina e sorrateira, esses escravocratas que formavam a elite dirigente, conservadora e de grande latifúndios brasileiros que tinha no modelo de exploração monocultor para a exportação, buscou atender somente os interesses do setor com grande dominância na região sudeste que era produzir café.

A diversidade social (ou divisão social do trabalho, em termos mais modernos)

[...] estava, portanto, intrinsecamente vinculado ao poder privado dos senhores de terras. A servidão do trabalho escravo era sem dúvida um lastro fundamental para esse poderio. Mais um aspecto ilustrado pelo nosso Maquiavel rural: “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço (ANTONIL, 1982, p. 89).

A instrução primária no ensino agrícola era difundida como a instrução popular necessária destinada a toda a população livre. Incluindo as crianças provenientes das famílias pobres, a escola primária pretendia constituir um espaço de integração e inclusão social, preparando-as para a

aquisição futura de uma instrução profissional. Por outro lado, ao limitar ao nível primário a “[...] *dívida sagrada e restrita do Estado, a escola também buscava excluir, criando e recriando hierarquias, diferenciando as crianças pobres daquelas pertencentes à boa sociedade.* (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.155).

O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro fechou com o propósito de que era preciso inculcar no povo brasileiro, sobretudo os pobres, nacionais e estrangeiros, uma formação de amor ao trabalho não apenas as habilidades “[...] *técnicas indispensáveis ao melhoramento dos cultivos, mas, inculcar-lhes o dever e o amor ao trabalho, atributos morais indispensáveis e sem os quais permaneceriam alcunhados como submanos*” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.155).

REFERENCIAS

- AITA, Carmen S. A. **Liberalismo & República: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil**. Porto Alegre: **Tese de doutorado em História**, PUCRS, 2006.
- ALMEIDA, J.R.P. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)** História e Legislação. São Paulo: EDUC ; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989(PONCE, 1996.
- ALVIN, Zuleika M. F. **Brava Gente! Os Italianos em São Paulo, 1870-1920**. São Paulo:brasiliense, 1986.
- ANTONIL, André João. (1982), **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp.
- CARMEN S. A. AITA. **Liberalismo & República: o ensamento político de J. F. de Assis Brasil**, Porto Alegre,. teses de doutorado dezembro de 2006.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CONGRESSO AGRÍCOLA. **Collecção de Documentos**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878.
- DUARTE, Duarte. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional,1939**; João Ribeiro. História do Brasil. Rio de Janeiro, 1953.;H. Handelman. História do Brasil. Ed do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1931.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879**. Campinas: Papirus, 1988.
- LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista — Brasil, séc. XIX. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MARTINEZ, Alessandra Frota. **Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial. 1870 - 1889.** Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997

MARX, Karl. **O Capital**, Livro 1 vol, I e II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. **Prefácio à Contribuição Crítica da Economia Política.** In: Marx, K. e Engels. , F. Textos. Vol3 São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MOYSÉS, S. M. A. Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX. In: **Revista de Ciência e Educação** – Educação e Sociedade. São Paulo: Papirus, n.º48, agosto/1994

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. **História, Trabalho Educação:** Relações De Produção E Qualificação Da Força De Trabalho Na Agroindústria Canavieira, Universidade Estadual de Campinas Unicamp, Fevereiro - 2009

PINTO, R. P. **A educação do Negro – uma revisão bibliográfica.** In: Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 62, agosto/1987.

SCHCHWARCZ, Lilia Moritzis. **Raça e Diversidade.** São Paulo Edusp, 1996.

GAZETA DA TARDE, 5/12/1884.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam.** O debate sobre a educação do povo no. Brasil de 1870 a 1914. Maringá: Eduem, 1998.

WISSENBAACH, Maria Cristina. **Sonhos africanos, vivências ladinas.** São Paulo: Hucitec, 1998.

Endereço para correspondência: UEPG. Praça Santos Andrade, s/n, Centro, Ponta Grossa, PR – CEP: 84010-919.

E-mail: misabel@lexxa.com.br